

DAS RELIGIÕES E DAS DIVINDADES INDÍGENAS NA LUSITÂNIA

Um culminar

O II volume das *Religiões da Lusitânia*, de José Leite de Vasconcellos, publicado em 1905, constituiu o culminar de todo um processo de curiosidade e de pesquisa sobre a religiosidade dos povos que, na Lusitânia, antecederam os Romanos; a primeira grande síntese, devidamente sistematizada, que se fazia eco dos estudos anteriores e que apontava, desde já, caminhos para uma válida investigação ulterior.

Na verdade, já desde o século XVI que os curiosos por estas coisas do Passado se haviam posto a questão, com os conhecimentos de Latim que já tinham: que estranhos nomes estes que surgem nas inscrições!? De deuses serão, decerto. E que quererão dizer? Conhecia-se, por exemplo, Endovélico. Seria encarnação demoníaca também?

Em meados do século XIX, davam os primeiros passos os estudos linguísticos – como, aliás, davam nessa altura os primeiros passos todas as ciências, porque surgia uma mentalidade muito mais virada para o concreto, para a experimentação. Os estudos linguísticos, a Etnografia – a que não foi alheia, mais uma vez, a experiência africana no contacto com outros modelos civilizacionais. E iniciou-se um pensamento que via na interdisciplinaridade um excelente meio de compreender o Homem e as suas manifestações nos mais diversos domínios de actuação. E a religião, o relacionamento com o Divino, porque visceralmente intrínseco à natureza humana, tinha, por isso mesmo, de despertar o maior interesse.

O intuito de Leite de Vasconcellos – já o escrevi noutra lugar – não se desgarrava da vertente “nacionalista” (digamos assim) que começava a grassar pela Europa, perante uma “globalização” que, já nessa época, se aprestava para vencer, eliminando localismos. Tal como hoje. Embora incipiente, embora com tintas francamente políticas. E, hoje, as tintas são as mesmas, muito mais subtilmente usadas e disfarçadas...

Para já, «Lusitânia». A identificação do País com uma província que, rezavam os livros, muitos amargos de boca haviam causado ao invasor, que só pela infame traição lograra instalar-se. Vira, contudo, bem depressa, que “instalar-se” não poderia significar “destruir”, “arrasar”. Mormente no que às crenças dizia respeito.

Para já, «Lusitânia». A identificação do País com uma província que, rezavam os livros, muitos amargos de boca haviam causado ao invasor, que só pela infame traição lograra instalar-se.

Vira, contudo, bem depressa, que “instalar-se” não poderia significar “destruir”, “arrasar”. Mormente no que às crenças dizia respeito.

Religião, religiões, divindades...

E Leite de Vasconcellos fala em «religiões». Penso que não haverá, no conjunto da sua obra, nenhum passo em que se explique cabalmente o motivo desta escolha. Hoje, a quase um século de distância, compreendemo-la.

José d'ENCARNAÇÃO

Primeiro, estrategicamente: são muitas, é difícil vencê-las, substituí-las. Depois, quem há aí que ouse saber exactamente como era, entrar no âmago dum sentimento, ainda que ele possa vir

expressado em frases lapidares pensadamente gravadas para todo o sempre?

E falar em «religião» implicava, por outro lado, saber da sua teologia, dogmas, preceitos, rituais... Num todo orgânico, organizado, superiormente regulado, inclusive por uma oportuna intervenção divina, algures na noite dos tempos...

Preferiríamos, hoje, «divindades». Contudo, divindade é um ser; divindades serão muitos seres; e a eventual ideia de uma “dispersão desconexa” também não interessaria transmitir, porque dava sensação de fragilidade, a evitar.

Qualificativos

Então, mas divindades... quê? Lusitano-romanas? Célticas? Paleohispânicas? Ibéricas?

A qualificação de «lusitanas» está compreensivelmente implícita na obra de Leite de Vasconcellos.

«Célticas» foi termo que se importou da zona central da Europa, onde campeava a ideia de os Celtas – loiros, altos, espaduados... – serem raça ideal que importaria disseminar... Aliás, provindas de um fundo comum, o indo-europeu, que língua havia aí que celta não fosse?...

«Ibérica» era a contraposição. Os morenos. Vindos doutras paragens, que algures haviam atravessado o estreito de Gibraltar. Aliás, os Lusitanos não eram eles «celtíberos», a fusão ideal das duas componentes rálicas?

A designação «lusitano-romanas» veio depois, quando, por influência dos estudos que ousavam (já) salientar o local, iam no sentido de se tentar compreender que uma cultura, por mais forte que fosse, não se impunha sem sofrer influências do substrato em que tentava assentar. Uma simbiose que, observada nas Áfricas, nos Brasis, nas Índias, também haveria que considerar nos tempos longínquos dos Romanos, inteligentemente políticos – como sempre haviam demonstrado ser.

E «primitivas»? Soava bem. Vinha ao encontro das investigações sobre os «primitivos actuais» que aos Europeus se haviam deparado nos confins da Insulíndia, nos interiores de África e nos sertões americanos. Nada, porém, havia aí do encanto de Rousseau perante o «bom selvagem». «Primitivo» soava, antes, a rude, grosseiro, mal afeiçoado. Detinha uma conotação valorativa que assentava, mesmo inconscientemente (acredito), no

pressuposto que «romano» não era «primitivo», era... “melhor”!

«Paleohispânicas» aceita-se. É, porém, um termo híbrido, como se calhar o seriam, na mente popular, estas divindades que em si detinham todos os poderes, ora os de uns ora de outros, consoante as circunstâncias do dia e das aflições. Há, porém, em «paleohispânico» igual conotação valorativa que nos pode deixar perplexos: «hispânico» é natural da Hispânia; o prefixo «páleos», do Grego, significa antigo; neste caso, «antigo» em relação a que «novo»? Ao que os Romanos trouxeram? Ao que o Cristianismo implantou?

Oprei, pois, por indígenas, ‘o que nasce aqui’, ‘autóctone’, ‘local’ – contra o global. “Contra” não em oposição, mas como “distinto”. No sentido que, neste dobrar de milénio, mais se acentua com a globalização e que na frase «todos iguais, todos diferentes» assume superior encanto e ousadia a manter.

Que divindades?

Para além dos muitos teónimos – rebarbativos e, ainda por cima, atestados, a maior parte das vezes, apenas por um obscuro monumento epigráfico –, outro problema se punha.

Os textos eram singelos. Continham o nome do deus, a sumária identificação do dedicante, a fórmula oficial do cumprimento, decalcada dos formulários jurídicos: cumproi, ninguém me obrigou, aqui está a prova... Como se faria, então, para saber que atributos teriam *Endovellicus*, *Trebaronna*, *Cosus*, *Ataegina*, *Reva Langanitaecus* e tantos outros?

Aliás, qual o exacto nominativo correspondente, por exemplo, ao dativo *Bandi Brialeacni*, se temos *Bande Velugo Toiraeco* ou mesmo *Bandue*?

O contexto arqueológico do achado poderia trazer alguma luz. Assim aconteceu com divindades como *Bormanicus*, que, embora não pertencente à Província da Lusitânia (está directamente ligado às termas de Vizela, no *conventus Bracaraugustanus*), pode ilustrar um dos caminhos seguidos pela investigação neste domínio. Aliás, o vocábulo aparentava-se também perfeitamente com radicais indo-europeus ligados à noção de «quente» – o que se compatibilizava com a noção de personificação divina do carácter salutífero das águas.

Atendendo, porém, ao facto, habitual, de tal contexto se desconhecer, foi exactamente pela análise linguística que se enveredou. Arriscados percursos etimológicos, miudamente seguidos e alicerçados em múltiplos exemplos retirados do gaélico, do sânscrito, do galês... Alguns ofereciam evidências: *Igaedus*, por exemplo, seria a divindade dos *Igaeditani* e pouco importará saber se foi o povo que deu o nome ao deus, se este determinou aquele.

Outras hipóteses se afiguravam viáveis para discernir atributos:

– O próprio texto epigráfico poderia ser eloquente: a presença de uma expressão como *pro salutem* indicaria – não havia dúvida – o carácter salutífero do númen em questão.

– Se, a determinado momento, as gentes identificaram deuses indígenas com deuses do panteão romano é porque os seus atributos o permitiam. E, assim, comumente se aceitou que *Ataegina* era o equivalente indígena de Prosérpina.

– Finalmente, se a um determinado culto, perpetuado em tempo romano, os Cristãos fizeram seguir um outro, retirado do seu *flos sanctorum*, seria legítimo garantir que identidades havia. E, nesse aspecto, o caso de Endovélico é, necessariamente, o mais eloquente, pois que, no local do antigo santuário, se ergueu capela a São Miguel – e o carácter «infernai», de deus que zela pelo Além, que luta contra as forças do Mal, ficou plenamente justificado.

Esses, os caminhos seguidos. Essas, as análises que – isoladas ou em conjunto – se fizeram em relação a *Trebaruna*, a *Reva* (seguramente um deus dos rios), a *Banda* (independentemente de ser esse, ou não, o nominativo mais ajustado)...

Daí que José María Blázquez Martínez, na sua tese de doutoramento, *Religiones Primitivas de Hispania* (Roma, 1962), tenha seguido o esquema mental proposto por Leite de Vasconcellos e haja agrupado as divindades segundo os seus atributos fundamentais: deuses guerreiros, deuses aquáticos, deuses tutelares...

No fundo, andava no ar a ideia veiculada fundamentalmente por Georges Dumézil de que, tal como as sociedades eram susceptíveis de se dividir em sacerdotes, guerreiros e produtores, haveria uma clara e indesmentível tripartição divina correspondente a cada um desses “estratos” sociais. A teoria foi largamente defendida, o esquema procurou agrupar os deuses e parecia que tínhamos chegado a consensos.

Mas talvez tenha sido precisamente *Banda* que veio repor a questão: será que, no quotidiano, essa nitidez se vivia? A ninfa duma nascente só era invocada para fertilizar os campos, para sarar doenças ou seria o númen protector de toda uma região onde a sua influência se poderia fazer sentir?

A questão pôs-se sobretudo quando se tiveram de analisar os epítetos com que os vários deuses se faziam acompanhar e que mudavam de região para região. Epítetos “tópicos” se disse de imediato. E nisto acordámos António Tovar, Lourdes Albertos, Jürgen Untermann, eu próprio. “Tópicos”, porque relacionáveis com um *tópos*, um lugar – físico ou habitado. Ou seja, colhido da geografia física ou da geografia humana, do povo que aí habitava.

Aliás, seguindo essa linha de pensamento, depressa os indígenas haviam adaptado a seu gosto os deuses tutelares que a mitologia romana lhes oferecia: os Lares, as Ninfas, as Tutelas, os *Numina*, os... Deuses: *Lares Caiarienses*, *Nymphae Lupianae*, *Dii Deaeque Coniunbrigiensium*...

Apesar de algumas vezes em contrário, o carácter adjectival dos epítetos divinos parece cabalmente demonstrado e na generalidade aceite, mormente porque se atentou no sufixo *-aecus* que, sob essa forma “clássica” (digamos assim) ou equivalente, habitualmente os caracterizava. Daí que, hoje, não obstante o

carácter tópico de certas divindades, se prefira atribuir-lhes a função genérica de uma ‘tutela’ – sobre um povo, uma região, um rio, uma nascente...

A “escola” hispano-alemã

Referi António Tovar e María de Lourdes Albertos.

Houvera as largas congeminações de sábios linguistas como o alemão Alfred Holder, para quem essas roupagens teonímicas directamente derivavam do antigo celta. Houvera, entre nós, Francisco Adolfo Coelho, que se declara discípulo do celtista Zeuss e que, em intervenções e em publicações várias (nem sempre do agrado de Leite de Vasconcellos), procura demonstrar a celticidade de deuses peninsulares anteriores à dominação romana (no Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-históricas), dissecar os nomes de «deuses lusitânicos» (*Revista Lusitana*, I, 1887-1889, p. 351-378) e analisar os vestígios das antigas línguas da Península Ibérica, estudando os «nomes em aico» (*Revista de Guimarães*, III, 1886, p. 169-188)...

Nessa mesma ordem de ideias, António Tovar cedo enveredou pelo caminho da linguística pré-romana. As línguas faladas na Península anteriormente à vinda dos Romanos eram o que particularmente lhe interessava. Os teónimos, portanto, apenas um dos veículos de análise. Atitude científica bem compreensível, de resto: sendo a religião, em todos os tempos, um dos elementos mais conservadores da Humanidade, verosímil se tornava que a teonímia – ainda que latinizada, como chegara até nós nas inscrições – haveria de ter seguido de perto os sons primordiais. Uma fina análise etimológica era, pois, susceptível de trazer imensa luz. Tanto Palomar Lapeña como María de Lourdes Albertos, discípulos fiéis de A. Tovar, seguiram-lhe as pisadas, mas alargaram a sua pesquisa, ou melhor, encaminharam-se de preferência para a onomástica e para a teonímia.

As conclusões dos seus estudos foram facilmente aceites, porque se baseavam em dados comparativos lógicos.

O “retorno à pedra”

Desde cedo, porém, feita esta primeira panorâmica na década de 60, se deduziu que uma análise de teor linguístico carecia de uma base fundamental: leituras garantidas. Ou seja, surgiam, por vezes, congeminações a partir de informações nem sempre verificadas no monumento.

Urgia um “retorno à pedra”, agora que as técnicas fotográficas haviam avançado, os conhecimentos se alargavam mediante maior circulação da informação e outras questões se colocavam.

Isso se fez na década de 70 e a publicação de *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal* (Lisboa, 1975), apesar dos cinco anos de atraso sobre a sua defesa como dissertação de licenciatura na Faculdade de Letras de Lisboa, viria chamar a atenção para essa necessidade.

Curiosamente, sai nesse mesmo ano uma compilação, da autoria de José María Blázquez, sob a forma de dicionário (*Diccionario de las Religiones Prerromanas de Hispania*, Madrid, 1975), na visível preocupação de ‘arrumar’ tantos teónimos que o incremento dos estudos epigráficos estava dando a conhecer.

E uma reflexão se impôs: havia deduções erradas porque partiam de leituras duvidosas ou mesmo insustentáveis. E uma interrogação: está mesmo a aumentar, aumentará indefinidamente o número de deuses, num politeísmo alastrador?

E veio de novo a terreiro a questão dos epítetos e a possibilidade de algumas divindades se assumirem como grandes divindades tutelares – *Arentius, Banda, Cosus, Reva...* – passíveis de, por vezes, serem nomeadas apenas pelos epítetos, sem que, por isso, se deva acrescentar um nome à lista elaborada.

Esse retorno à pedra e as reflexões que possibilitou tornaram-se, pois, imprescindíveis a partir da década de 80, com resultados, por vezes, inesperados.

E se um criticismo sistemático nem sempre poderá aceitar-se – estamos a recordar a nova proposta de leitura apresentada por Amílcar Guerra e Carlos Búa para a ábula a *Mandiceus* do Museu de São Miguel de Odrinhas, no decorrer dos trabalhos do II Colóquio Internacional de Epigrafia «Divindades Indígenas e *Interpretatio Romana*» (Sintra, Março de 1995) –, também não é menos verdade que é esse espírito crítico que pode trazer luz a dúvidas há muito levantadas. E lembraria, a propósito, a perspicácia desses mesmos dois autores ao verem, na ara de Lisboa tida, durante muitos anos, como dedicada a Júpiter Asseco a homenagem a uma outra divindade indígena: *Kassaecus*. Essa leitura, dada a conhecer no VII Colóquio sobre *Lenguas y Culturas Paleohispánicas* (Saragoça, Março de 1997), veio anular todas as elucubrações linguísticas até aí aventadas e propôs outras novas, de auspicioso futuro (cfr. *Pueblos, Lenguas y Escrituras en la Hispania Prerromana*, Salamanca, 1999, p. 331-338).

E tem sido, não há dúvida, nestes últimos colóquios, de que já se celebrou em Salamanca o VIII (Maio 1999), que inovadoras reflexões vão surgindo. Nomeadamente em Vitória e em Salamanca, aqui em torno duma equipa que Francisco Villar começou a interessar e que vem dando fruto através, por exemplo, das pesquisas de índole linguística dele próprio e de Blanca Prósper, aplicadas à teonímia (*Ocrimira, Nabia, Cosus, Trebaruna...*).

Um exemplo: *Quangeius*

É vulgar, hoje, em Ciências Sociais e Humanas, assim como nas Ciências Experimentais, fazerem-se “estudos de caso” tendentes à clarificação das temáticas em análise.

Vejamos, pois, a título de mero exemplo, o percurso que cientificamente pôde levar o estudo duma dessas divindades indígenas: *Quangeius*.

Identificada em Salavessa, na freguesia de Montalvão, con-

celho de Nisa, no Nordeste alentejano – zona que, ao tempo dos Romanos, segundo as últimas investigações, poderá quizá ter estado integrada no *conventus Emeritensis* – a ara dedicada a esta divindade apresenta recorte grosseiro, comparável a idênticos monumentos dessa região.

Deram-na a conhecer, sucessivamente, Francisco Henriques e João Carlos Pires Caninas na edição de 9 de Janeiro de 1981 do jornal *Reconquista*, de Castelo Branco, e Manuel Leitão no mesmo periódico, na edição do dia 30. E se estes dois apontamentos fizeram a abordagem inicial do monumento, e eu próprio o incluí nas *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (Coimbra, 1984, sob o n.º 641), seria José Manuel Garcia, na revista *História* (n.º 76, Fevereiro de 1985, p. 23-32), que lhe viria a dedicar maior atenção, relacionando-o de imediato com outros testemunhos existentes, cuja identificação propôs.

Apesar de ostentar uma série invulgar de nexos e de poder haver alguma hesitação entre C ou G nas duas últimas linhas, o texto parece poder ler-se sem dúvidas de interpretação:

LVPVS·LAN/CI (*filius*)·QVAN/GEIO·TAN/NGO·V(*otum*)·S(*olvit*)

«Lupo, filho de Lanco, cumpriu o voto a Quangeio Tango».

A nitidez com que a parte inicial do teónimo se apresentava levou, como disse, a repensar a interpretação feita, até aí, duma outra epígrafe, proveniente de Malpartida de Plasência (*ILER* 802), que se considerava dedicada a um deus Dovanceio. Claro está que José Manuel Garcia partiu, de imediato, para a revisão daquele texto, propondo:

MEARVS / MEIDVENI / F(*ilius*) V(*otum*) S(*olvit*) D(*eo*) / QVANCEIO / A(*nimo*) L(*ibens*)

«Mearo, filho de Meidueno, cumpriu de boa vontade o voto ao Deus Quanceio».

Entretanto, Fernando Patrício Curado identificara, numa das colunas do alpendre da capela da Senhora do Bom Sucesso, em Penamacor, uma outra ara (*FE* 26), para que se propôs a leitura seguinte:

CATVRO / TVREI F(*ilius*) DEO / QVANGEIO V(*otum*) S(*olvit*)

«Caturão, filho de Tureio, cumpriu o voto ao Deus Quanceio».

Mas não ficaram por aqui as descobertas, desencadeadas, como se vê, em brevíssimo espaço de tempo. De facto, uma ara de Bemposta, também do concelho de Penamacor, cuja leitura se afigurava difícil devido ao mau estado da superfície epigrafada, foi igualmente revista. E se o nome da dedicante oferece alguma

dúvida – CARPA (?) TONGI F(*ilia*) – as letras VAN legíveis na linha 3 podem adequar-se, sem problema de espaço, a uma reconstituição [Q]VAN[GEI]O (*HEp* 4, n.º 1044).

Mais clara é, porém, outra ara, procedente da freguesia de Sortelha (concelho de Sabugal), dada também a conhecer por Fernando Patrício Curado, em 1987 (*FE* 100.1):

TANGINVS / TVRANI·F(*ilius*) / QVANGEIV / V(*otum*)·S(*olvit*)

«Tangino, filho de Turano, cumpriu o voto a Quangeio».

E, nas proximidades, deparou o mesmo investigador com a parte inferior duma outra ara (*FE* 100.2), onde reconstituiu [QV]ANGEI[O] e a fórmula final A(*nimo*) L(*ibens*) V(*otum*) S(*olvit*).

De leitura e interpretação mais duvidosas, mas igualmente passíveis de atribuir-se ao culto a esta divindade, são dois outros monumentos de Nisa. Um, identificado por F. Patrício Curado (*FE* 103), teria QV[AN]GEO a anteceder a fórmula final. No outro, Rogério Carvalho (*FE* 106) sugeriu a leitura, ainda que hipotética dado o mau estado da pedra, QVANCEIO TANGO.

Em nota ao texto sobre a citada ara de Nisa (*FE* 103), Patrício Curado, atendendo a todos estes exemplos, confirma que, numa ara de Capinha (concelho do Fundão), se deverá ler [Q]VANGE[IO]. A dedicante é *Camira Bouti filia* e a fórmula dedicatória V(*otum*) L(*ibens*) S(*olvit*) (*AE*, 1977, 356).

Num outro horizonte cultural, já fora, inclusive, da Província da Lusitânia – mais concretamente em Verín, na Galiza – é igualmente provável (acrescenta F. Patrício Curado nessa mesma nota) que a leitura I·O·M·GEIO, de Alain Tranoy, deva dar lugar a QVAN/GEIO, num monumento dedicado por *G. Iulius Severinus* (*AE*, 1987, 562j).

Finalmente, identificava José Rafael Correia da Silva «Agrícola», em Junho de 1991, num antiquário de Borba (distrito de Évora), outra epígrafe, verosimilmente um pedestal, que Rafael Alfenim estudou (*FE* 174 = *AE*, 1991, 946). A leitura não oferece quaisquer dúvidas:

C(*aius*)·LICINIVS·VEGETVS / QVANGEIO·TVRICAECO / V(*otum*) (*bedera*) L(*ibens*) (*bedera*) A(*nimo*) (*bedera*) S(*olvit*) (*bedera*)

«Gaio Licínio Vegeto cumpriu de boa vontade o voto a Quangeio Turiceco».

O caso é, como se vê, deveras paradigmático. O achamento de um monumento com boa legibilidade acarretou, de imediato, a correcção de leitura doutras três epígrafes e veio possibilitar a interpretação de mais seis – interpretação confirmada plenamente pela última dedicatória identificada. Ao todo, onze monumentos num brevíssimo lapso de tempo.

Todos os dedicantes (com excepção do da Galiza e do de Borba) se identificam à maneira indígena e ostentam onomástica tipicamente lusitana (se assim se pode falar). Mas as duas excepções não deixam de ser deveras significativas, uma vez que – identificando, com muita verosimilhança, indígenas romanizados, porquanto usam os *tria nomina* – demonstram quanto este culto, além de assaz expandido, acabou por perdurar, assumindo-se agora *Quangeius*, dada a ocorrência de epítetos, como uma divindade mais a juntar ao rol das divindades mais veneradas na Península Ibérica.

Mas que significará *Quangeius*? Será possível obter para o teónimo uma etimologia?

Consultei, para o efeito, Francisco Villar, que me respondeu não conhecer, de momento, nenhuma proposta concreta. Adiantou, no entanto:

«Desde el punto de vista formal, podría ser impecablemente explicado como **kuanikio*- que es un adjectivo derivado del nombre indoeuropeo del “perro”. En alguna lengua indoeuropea existe una formación derivacional idéntica. Pero la etimología requiere también una coincidencia en el aspecto semántico. En el caso de Reve, especialmente favorable, yo ensayé el método de entrever la realidad semántico-referencia de la palabra Reve utilizando los epítetos. Y en aquel caso creo que funcionó.

En el caso de Quangeio, las cosas son menos favorables porque la mayoría de las veces aparece sin epíteto; y las dos ocasiones en que hay epíteto son simples topónimos (*Turicaicum* de um *Turicum*); e *Tanngo* recuerda el *Tongo-briga* de Lusitania.

Al faltar la corroboración semántica de la etimología, tan sólo queda recurso a otro tipo de consideraciones que busque congruencias de interés, como podría ser culto al perro o a una divinidad protectora de los perros. Esto último sería lo más en consonancia con la forma que no es “el perro” sino “el [dios protector] de los perros”. Así como si en latín dijéramos “[deo] canico”.

Otra posibilidad semántica es que no se refiera al perro animal, sino a la constelación del “perro” (*canis*, *canicula* en latín, *kuon* en griego).»

Ao referir *Turicum*, Francisco Villar remete para os seus *Estudios de Celtiberico y de Toponimia Prerromana* (Salamanca, 1995), onde perfilha a opinião de que estaremos, na verdade, perante um topónimo, de raiz celtibérica, relacionável com um antropónimo atestado, *Turos*. Rafael Alfenim avançou a hipótese de Turiceco poder ser adjectivo formado a partir de um etnónimo, os Turicecos, que nada impede de serem considerados os habitantes de *Turicum*.

No que se refere a *Tanngus*, a relação com *Tongobriga* não deixa, também, de ser aliciança; contudo, a aproximação com um possível *Tangus* – donde teria derivado o diminutivo *Tanginus* – não se me afigura despienda. Aliás, não há que terçar armas,

em meu entender, por uma posição rígida a tal propósito, atendendo a que um território bastas vezes se identifica com um povo, com a família que o habita, e essa família ou esse povo se encontram intimamente ligados ao território em que se movimentam.

E se – como já Rafael Alfenim teve ensejo de referir – *Turicaeus* lembra o teónimo *Turicius* registado na Galécia, *Tanngus* não deixa de remeter para o epíteto de uma outra divindade tutelar: *Arantius Tanginiciaeus*.

As variantes gráficas

O exemplo aduzido servirá igualmente para se fazer o ponto da situação acerca de um outro tema que vem seduzindo os linguistas e sobre o qual se têm feito inúmeras considerações. Na verdade, é anómala aqui, em *Tanngus*, a presença de dois NN, dificilmente concebível em Latim. Como entendê-la?

Creio que por duas possíveis razões, ambas de índole cultural ou, se se preferir, literária.

Pode o lapicida ter querido passar a escrito, com a maior fidelidade possível, o som que lhe era transmitido. Nem toda a gente saberia pronunciar da mesma forma os nomes dos deuses e, por isso, nem sempre a grafia do teónimo é uniforme. Cite-se, de novo, no dativo, um dos exemplos mais conhecidos e sintomáticos: *Endovellico*, *Enobolico*, *Endovollico*...

Poder-se-á, a partir daí, determinar áreas linguísticas, um pouco ao jeito do que Untermann, no seu *Atlas Antroponímico*, procurou discernir apontando, por exemplo, uma área do *-t-* e outra do *-d-* (digamos desta forma, para simplificar o raciocínio)? É provável que sim, que a análise de um conjunto significativo de casos, devidamente localizados, possa sugerir tendências, conclusões. Um dado, porém, nos parece adquirido e irrefutável: essas variantes são reflexo de deficiente cultura literária. Sabe-se falar, pode não se saber escrever correctamente.

Outra justificação – que, no fundo, vai no mesmo sentido ainda que por via diferente – é a dificuldade de interpretação da minuta, por o lapicida desconhecer por completo o significado do que lhe é solicitado para escrever. E, neste caso, não vale a pena linguistas, filólogos, epigrafistas esforçarem-se a encontrar respostas para o que... outra resposta não tem.

Que se me permita a demonstração mediante dois exemplos recentes e reais.

Arciania foi antropónimo interpretado a partir da leitura de epígrafe romana (*CIL* II 322) veiculada por um manuscrito do século XVII. Alfred Holder não hesitou em considerá-lo etimologicamente pré-romano e de muito provável origem céltica. E, decerto, análises várias ainda se adregariam daí deduzir, comparações, confrontos, se, por mero acaso, o epítáfio não tivesse sido reencontrado. José Cardim Ribeiro e eu próprio tivemos, pois, oportunidade de desfazer o erro e de mostrar que estava-

mos perante o genitivo do *cognomen* latino *Marcianus*, seguido muito simplesmente do A inicial da palavra AN(*norum*) (cfr. *Humanitas*, L, 1998, p. 189-197).

O outro caso nada tem a ver com Romanos. Chegou-me às mãos, há dias, vinda de Espanha, uma carta endereçada a alguém morador em ALGIA F 420, escrito assim, em capitais. Aposto que ninguém, por mais tratos que dê à imaginação, consegue decifrar o significado destes dizeres, se não estiver dentro do contexto e não tiver motivação epigráfica. Na verdade, o código postal que vem abaixo pertence a uma povoação que se chama ALDEIA DE JUZO. Que aconteceu, então? O correspondente espanhol desconhecia por completo o nome da terra e tentou copiar o melhor que pôde o que vira manuscrito no remetente da carta que oportunamente lhe fora enviada. Desta sorte, DE «virou» G; o outro DE ficou F e de JUZO se fez 420! Isto aconteceu em Janeiro do ano 2000, entre pessoas letradas. Simplesmente, uma está completamente fora do contexto e não conseguiu entender nada do que a outra lhe escrevera.

No caso dos teónimos indígenas, mesmo que o lapicida soubesse ler, quem nos garante que ele compreenderia bem palavras que não lhe eram minimamente familiares?

Sirvam os dois exemplos – reais, repito – para acautelar elucubrações sem fundamento.

No dealbar do novo milénio

Finalizemos esta panorâmica focando um outro aspecto muito importante e de não somenos actualidade, que nunca será de mais salientar: a tolerância mútua – como significante profundo de tudo o que temos estado a referir.

Está bem que os indígenas se terão deixado inebriar pelo modo como os Romanos tratavam os seus deuses e cumpriam suas promessas. Não temos – não podíamos ter – informação acerca do modo como, dantes, eles viviam a relação com o Além. Um gesto, um lançar de flores à corrente, o queimar de essências ou a imolação de cria recém-nascida – seriam provas de devoção, no sentido íntimo da palavra: «entrega», sinal de depen-

dência, preto de vassalagem (como o será em tempos medievais). E nada disso nem arqueólogos nem epigrafistas podem encontrar – que rasto de tal não fica.

De outros povos os Romanos haviam trazido esta forma de perpetuar pela escrita, na pedra, o acto religioso, o cumprimento.

Era aliciante imitá-los.

E cedo os indígenas terão aprendido.

E mesmo no penedo que sempre lhes parecera, pela sua solidez, pela sua localização em sítio ermo e de mistério, local adequado para, sem pressas nem outros ruídos, se unirem às divindades telúricas, mesmo nesses rochedos as inscrições balbuciantes apareceram.

Ensinaram os Romanos que também na cidade poderia haver templos. Os deuses, decerto, também gostariam de ter casa própria e aí se lhes depositarem oferendas. E surgem, por isso, as réplicas de altares, as aras, as ámulas, inclusive para, mais tarde, em ambientes um tudo-nada mais requintados, devidamente se colocarem em apropriado nicho, no larário das devoções familiares, de mistura com os antepassados...

E aceitou-se o latim. Mal amanhado a maior parte das vezes, que se não compreendia bem ou os nomes dos deuses, como vimos, soavam tão a destempo para o lapicida (mesmo que letrado) que uma vez escreveria duma forma, outra doutra, que era preciso agradar ao cliente e ser o mais fiel possível ao som habitualmente pronunciado, na difícil arte de passar a escrito o que se ouve ou que mal se compreende, porque não se está dentro do contexto exacto. E quem o estaria, mesmo então?...

Não ousamos, pois, falar de religião.

Nem de religiões sequer, que disso pouco sabemos.

Falemos de deuses.

À nossa medida.

Porque, afinal, foi o Homem – ontem como hoje – que lhes emprestou corpo, forma, nome e atributos. Para, servindo-os, deles a todo o momento almejar servir-se. Vestindo-os de uma imortalidade e de um poder que, sabendo-os inatingíveis, qual Ícaro, sempre aspirou conseguir.